

TRAMAS DO SENTIDO: cultura, representações sociais, informação e leitura em uma abordagem crítica

WEBS OF MEANING: culture, social representations, information and reading in a critical approach

 Ismael Lopes Mendonça ¹

 Ligia Maria Moreira Dumont ²

¹ Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: ismaelmendonca@gmail.com

² Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IBICT), com pós-doutorado pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris. Professora titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG).

E-mail: dumont@eci.ufmg.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

Conflito de interesses: Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 23 maio 2023.

Aceito em: 17 out. 2023.

Publicado em: 18 out. 2023.

Como citar este artigo:

MENDONÇA, Ismael Lopes; DUMONT, Ligia Maria Moreira. Tramas do sentido: cultura, representações sociais, informação e leitura em uma abordagem crítica. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 8, p. 1-18, 2023. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v8i0.2023.89237.1-18.

RESUMO

Objetiva refletir a forma social como os sentidos podem ser produzidos, propondo diálogo entre o conceito estrutural de cultura, a Teoria das Representações Sociais, a perspectiva antropológica da informação e o conceito de leitura como apropriação de sentidos. Analisa a natureza intersubjetiva, contextual e ideológica presente nas operações de sentido, a saber: nos simbolismos culturais, nas representações sociais, na informação e na leitura. Evidencia a problemática do poder inserido nos referidos fenômenos, bem como a dinâmica de sentidos mobilizada em favor do protagonismo social. Considera finalmente a abordagem crítica como fundamental para os estudos da Ciência da Informação, defendendo o posicionamento ético com o qual a área pode se engajar em prol da dignidade humana e do exercício da coletividade.

Palavras-chave: contextos sociais – estruturas; cultura – relações de sentido; informação social; leitura e apropriação da informação; Teoria das Representações Sociais.

ABSTRACT

This article was proposed to reflect the social way in which meanings can be produced, proposing a dialogue between the structural concept of culture, the Theory of Social Representations, the anthropological perspective of information and the concept of reading as appropriation of meanings. It analyzes the intersubjective, contextual and ideological nature present in the operations of meaning, namely: in cultural symbolisms, in social representations, in information and in reading. It highlights the issue of power inserted

in the aforementioned phenomena, as well as the dynamics of meanings mobilized in favor of social protagonism. Finally, it considers the critical approach as fundamental for the studies of Information Science, defending the ethical position with which the area can engage in favor of human dignity and the exercise of collectivity.

Keywords: social contexts - structures; culture - relationships of meaning; social information; reading and appropriation of information; Theory of Social Representations.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo tensionar a forma social como os sentidos podem ser produzidos, tendo como referência o conceito estrutural de cultura (Thompson, 2011), a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2015b), a perspectiva antropológica da informação (Capurro, 2003, 2014) e a leitura como apropriação de sentidos (Chartier, 1991, 2001, 2003). Apesar destes conceitos serem provenientes de campos disciplinares específicos, parte-se do pressuposto de que é possível aproximá-los, ao se considerar como característica comum o fato de se referirem a ações significantes que acontecem no jogo das experiências coletivas. Toma-se essa característica vinculada aos fundamentos de cada conceito para constituir a liga e o dialogismo necessários entre eles, oferecendo destaque para os contextos de ocorrência da experiência social e significativa, uma vez que são os contextos que promovem as operações de sentido, ao mesmo tempo que condicionam tais operações, podendo reduzi-las a estratégias de poder codificadas e disseminadas socialmente.

De natureza teórica e bibliográfica, este estudo está inserido no âmbito de uma pesquisa de doutoramento pertencente ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG), constituindo-se como um recorte do aporte teórico da pesquisa que, em linhas gerais, busca compreender como um grupo de pessoas camponesas interage com as representações mediadas pela editoria de reportagens especiais de um jornal regional. Assim, este artigo está organizado de maneira a analisar o modo como as relações de poder participam das produções sociais de sentido, abordando cada conceito – cultura,

representações sociais, informação e leitura – de maneira complementar e dialógica. Nas considerações finais, é enfatizada a maneira crítica como as tramas sociais do sentido participam da problemática do poder, defendendo o posicionamento ético com o qual a Ciência da Informação pode se engajar em prol da dignidade humana e da coletividade.

2 CULTURA: TERRENO SOCIAL DAS OPERAÇÕES DE SENTIDO

Para iniciar a reflexão sobre a forma como os sentidos podem ser socialmente produzidos, optou-se pela introdução da ideia de cultura. E diante dos vários conceitos historicamente formados sobre cultura (Bauman, 2012; Eagleton, 2011; Thompson, 2011), selecionou-se a *concepção estrutural* desenvolvida por Thompson (2011), que destaca “a preocupação com os contextos e processos socialmente estruturados, nos quais as formas simbólicas estão inseridas” (Thompson, 2011, p. 182). Este termo, “forma simbólica”, é utilizado pelo autor para denominar qualquer construção humana de cunho cultural, mediadora de sentidos. São as construções simbólicas que, na visão do autor, acontecem atreladas a circunstâncias e disparidades presentes no meio social e que marcam o modo como os sentidos são produzidos e compartilhados entre os sujeitos. Em vista disso, a *concepção estrutural de cultura* vincula tais formas simbólicas às relações de força implícita e explicitamente atuantes nos diferentes contextos, fazendo referência às maneiras ou intencionalidades pelas quais os sentidos podem ser conduzidos. Por consequência, o conceito expõe a face ideológica das operações culturais de sentido, no que diz respeito a como as formas simbólicas podem ser mobilizadas para exercer poder e manter determinada relação dominante.

De matriz antropológica, ao mesmo tempo em que a concepção de Thompson (2011) se apoia na semiótica cultural de Geertz (2015) – em que a cultura é entendida como teias de significados urdidos cotidianamente para ordenar modos de vida –, percebe-se o movimento do autor em considerar as estratégias sociais de poder como algo inserido nos processos constitutivos e interpretativos da cultura, realçando a não isenção das práticas de sentido. Thompson (2011) acrescenta, portanto, uma dimensão sociológica à raiz antropológica da ideia de cultura e, com isso, realça o aspecto crítico, ideologicamente aguerrido, das formas simbólicas, em que os sentidos são socialmente negociados ou confrontados nos fluxos da interação entre a produção simbólica e a sua recepção, consumo ou apropriação. Nas palavras do autor:

A concepção estrutural da cultura é tanto uma alternativa à concepção simbólica [de Geertz], como uma modificação dela, isto é, uma maneira de modificar a concepção simbólica, levando em conta os contextos e processos socialmente estruturados (Thompson, 2011, p. 182).

Além de intencionais, ou seja, expressam-se como objetos de vontades, tendo em vista a pretensa geração de efeitos, as formas simbólicas apreendidas pela concepção estrutural de cultura são convencionais, estruturais, referenciais e contextuais. Fruto de acordos ou regras por vezes mutáveis e nem sempre conscientes, desde gramáticas formais até relações corriqueiras, as formas simbólicas requerem, segundo Thompson (2011), algum tipo de convenção para significarem, pois:

[...] fazem parte do conhecimento tácito que os indivíduos empregam no curso de suas vidas cotidianas, criando, constantemente, expressões significativas e dando sentido às expressões criadas por outros (Thompson, 2011, p. 186).

No âmbito das convenções que atuam projetando o complexo horizonte das operações de sentido, a inteligibilidade das formas simbólicas também acontece graças à dimensão estrutural, já que essas formas são como códigos que podem ser lidos, traduzidos ou analisados de maneira sistemática, evidenciando o entorno que as articula e os elementos da composição que as conduzem à interpretação. Assim, a mensagem resultante de uma forma simbólica depende da relação estabelecida, mas nunca exaurida, entre os componentes do símbolo e seu ecossistema sociocultural. Thompson (2011) amplia a característica estrutural das formas simbólicas, ao afirmar que essas:

[...] não são apenas concatenações de elementos e suas inter-relações: são também, tipicamente, representações *de algo*, apresentam ou retratam alguma coisa, dizem algo *sobre* alguma coisa (Thompson, 2011, p. 189).

Ao esclarecer isso, Thompson (2011) tanto abre precedente para as manifestações que acontecem no campo do cotidiano, ou seja, para aquelas de natureza inusitada, criativa, livre da formalidade gramatical e analítica, como introduz o aspecto qualitativo da referência nas formas simbólicas. Assim, ao evocar a função referencial, o autor ressalta o comportamento representacional das formas simbólicas, pois estas estão a *falar de* algo ou alguém – ou *sobre* algo ou alguém –, de maneira contingente, ou seja, condicionada à situação espaço-temporal, que também é de natureza social. Com isso, podendo se referir a um objeto ou sujeito, ou ainda a um grupo de sujeitos, todos específicos ou não, a função referencial está preservada na medida em que as formas

simbólicas são direcionadas para comunicar algo, mesmo que de modo vago, generalizado ou negociado. Além disso, conforme o autor:

Ao destacar o aspecto referencial das formas simbólicas, desejo chamar a atenção não apenas para as maneiras como as figuras ou expressões fazem referência ou representam algum objeto, indivíduo ou situação, mas também para as maneiras pelas quais, tendo feito referência ou representado algum objeto, as formas simbólicas tipicamente dizem algo sobre ele, isto é, afirmam ou declaram, projetam ou retratam (Thompson, 2011, p. 191).

Pela citação acima, percebe-se que a dinâmica de *falar de* ou *sobre* evidencia uma porção estética relacionada a *como* essa “fala” acontece, ou seja, à maneira material com que a forma simbólica está a referenciar algo ou alguém. Com base em Thompson (2011), esse *como falar* também pode ser interpretado como um conteúdo significativo capaz de indiciar contextos de produção e de circulação. São, por exemplo, os sinais e vestígios – fazendo aqui uma referência a Ginzburg (2007) – identificáveis materialmente nas formas simbólicas e que comunicam nuances, facetas, origens, enfim, realidades socioculturais. A dimensão estética e relacional de *como falar* é, então, significativa e está potencialmente carregada de intencionalidades, notadamente quando acontece vinculada às estratégias acionadas por um emissor que visa interagir e gerar efeitos. Tendo em vista que toda essa caracterização das formas simbólicas diz respeito à concepção estrutural de cultura, que é uma concepção crítica, pode-se inferir que a estratégia de *como falar* – ou seja, a estética da representação materialmente articulada – pode estar ligada às relações de poder, agindo como construto dessas, pois representar pode implicar em exercer pressão ou força *contra* o representado, criando uma ideia ou imagem simplificada sobre ele.

O aspecto ideológico das representações, em suas relações sociais de poder, será continuado na próxima seção, cabendo por hora tecer mais algumas linhas na reflexão de como Thompson (2011) caracteriza os contextos sociais e que impacto estes exercem nas formas simbólicas e, por consequência, nas operações de sentido. Para o autor, os contextos são espaços socialmente formados, estruturados e datados, isto é, demarcados historicamente. As formas simbólicas, ao estarem inseridas em contextos e os indicarem, tanto agem como “expressões de um sujeito”, como se manifestam como:

[...] expressões para um sujeito (ou para sujeitos), [pois] são, geralmente, recebidas e interpretadas por indivíduos que estão também situados dentro de contextos sócio-históricos específicos e dotados de vários tipos de recursos (Thompson, 2011, p. 193).

Tais recursos são aquilo que, simbólica e materialmente, capacita os sujeitos ao jogo da interação, em que situações de conflito e de negociação são vivenciadas, já que as formas simbólicas não apenas são compartilhadas, mas “valorizadas e avaliadas, aplaudidas e contestadas pelos indivíduos que as produzem e recebem” (Thompson, 2011, p. 193). Portanto, as estruturas que compõem os contextos são diversas e assimétricas, segundo Thompson (2011), o que reflete no modo desigual como estes capacitam os sujeitos, privilegiando uns em detrimento de outros e permitindo que formas simbólicas circulem reproduzindo esta condição.

No desnivelamento contextual, o poder – entendido como “a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses” (Thompson, 2011, p. 199) – é exercido de maneira particular, refletindo as diferenças e seus processos agônicos de sentido, já que nem todos os sujeitos dispõem das mesmas condições de intervenção na realidade em que vivem. Conforme Thompson (2011) continua, quando existe uma assimetria sistemática nas relações de poder, fica configurada uma situação de *dominação social*, em que são excluídos aqueles sujeitos que não possuem os mesmos recursos ou acessos reservados e conservados pelo grupo dos privilegiados.

Como as formas simbólicas medeiam operações de sentido complexas por intermédio da cultura – e como a cultura se apresenta como um tear socialmente crítico ao promover relações significantes –, produzir e se apropriar de formas simbólicas são modos de exercer poder, o que reforça o que há pouco foi dito sobre o aspecto ideológico das representações articuladas no jogo da interação social. Partindo desse mote, por assim dizer, sociológico – e não somente antropológico – de cultura, a próxima seção está reservada a discutir, por via de outros autores e teoria, sobre a dimensão representacional das formas simbólicas e o recrudescimento dessas nas relações cotidianas de poder.

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: RELAÇÕES DE PODER EM EVIDÊNCIA

Para compreender o modo como as formas simbólicas atuam como fenômenos representacionais nas operações cotidianas de sentido, sem negligenciar a condição desigual presente na dimensão social, a Teoria das Representações Sociais, de Moscovici (2015b), oferece subsídio analítico importante por considerar que tais operações são

germinadas de maneira atravessada pelas relações contextuais de poder que marcam os sujeitos em suas elaborações simbólicas. Para Moscovici (2015b), não existe separação entre indivíduo e social ou entre singularidade e coletividade, mas uma mistura, tendo em vista que a realidade humana pode ser interpretada como uma construção social e que os sujeitos, por estarem inseridos nessa realidade, recebem dela múltiplos condicionamentos que afetam as maneiras de interagir e de representar – que são a base da construção da realidade em que vivem. Assim, a Teoria das Representações Sociais oferece uma espécie de “raios X” das operações de sentido, ressaltando os aspectos gregário e ideológico provenientes do jogo da interação social, em que as formas simbólicas são compartilhadas e negociadas.

A inserção social garante que as representações não sejam arbitrárias nem neutras. De acordo com Moscovici (2015b), as construções simbólicas atuam como *pensamentos sociais* ou *saberes práticos* que interligam sujeitos e contextos de maneira dialógica e dialética, pois a interação significativa acontece não somente por cooperação; ela inclui disputas de sentido em torno de definir *algo comum*, um esforço, por vezes, resultante de operações de força, pois, como dito, representar pode envolver pressão *contra* o representado, exercida na medida em que o representado é objetivado por quem realiza a representação. Com isso, as representações sociais adquirem a característica da não isenção, porque podem afetar sujeitos e realidades que são configurados por um modo típico de pensar sobre eles ou de efetuar poder sobre eles. Não à toa, “as pessoas são reclassificadas, desclassificadas ou super classificadas”, como afirma Moscovici (2015a, p. 25). “O sujeito constrói, na sua relação com o mundo, um *novo* mundo de significados”, completa Jovchelovitch (2013, p. 66), interlocutora desta teoria, para quem as representações se comportam como “pedaços de realidade social mobilizados [...] para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles [os sujeitos] se encontram” (Jovchelovitch, 2013, p. 66).

Nas ações de representar, Moscovici (2015b) descreve dois mecanismos basilares que atuam na subjetividade ordenada pelos contextos: a *ancoragem* e a *objetivação*. Ambas trabalham a fim de *transformar o não familiar em familiar* – uma relação convencionalizada e, ao mesmo tempo, prescrita pela experiência social do sujeito que realiza a representação. Assim, as representações sociais seguem “um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” (Moscovici, 2015b, p. 34), mas também a “combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que

nós começamos a pensar e [...] que decreta o *que* deve ser pensado” (Moscovici, 2015b, p. 36). Isso acontece porque, como aceito por Thompson (2011), o aspecto convencional das formas simbólicas nem sempre é evidente aos participantes da interação, devido à possibilidade que eles têm de assimilar a ordem social e de naturalizar ordenações, reproduzindo-as, inclusive, de maneira não consciente.

“A tensão básica entre o familiar e o não familiar está sempre estabelecida, em nossos universos consensuais, em favor do primeiro”, diz Moscovici (2015b, p. 58), ao que completa:

[...] as representações que nós fabricamos [...] são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. [...] Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal (Moscovici, 2015b, p. 58).

Conforme Moscovici (2015b), o não familiar é fixado pelo mecanismo da ancoragem no sistema de categorias ou saberes práticos advindos da experiência social, enquanto o artifício da objetivação materializa abstrações a partir do conjunto de padrões estocados na memória, resultando em uma imagem socialmente reconhecível ao que antes parecia estranho ao sujeito representante. É por meio desses mecanismos, que são simultâneos e quase instantâneos, que coisas e pessoas são classificadas ao serem representadas, transformando o diferente naquilo que é julgado como apropriado por quem produz a representação. Ora, trata-se não apenas de uma operação subjetiva, mas intersubjetiva, pois, ao ser processado pelos filtros da familiaridade instituída, o não familiar é substituído por uma forma simbólica que, longe de ser neutra, reproduz o *modus operandi* social que lhe configurou, contribuindo na estabilização das relações de poder que definem, regulam ou estruturam esse *modus operandi*.

É por isso que “classificar [representar, produzir formas simbólicas] é uma operação inocente no plano intelectual, mas perigosa no plano social” (Moscovici, 2015a, p. 24). Porque quem classifica exerce algum tipo de pressão ou força contra quem é classificado, podendo reduzi-lo com base em “um dos paradigmas estocados em nossa memória” (Moscovici, 2015b, p. 63). Nas ações de classificação, quanto mais as representações são legitimadas socialmente, mais fortalecidos ficam os paradigmas que as germinaram, estabilizando o processo representacional e marcando sujeitos que, pautados pelo mesmo processo, podem chegar ao ponto de rejeitar ou combater qualquer outra representação possível. Como consequência, preconceitos e estereótipos

são reforçados, banalizando e excluindo o *outro* (Jodelet, 2014). Portanto, nas ações de representação, os sujeitos se valem de consensos e juízos tanto quanto reproduzem consensos e juízos nas articulações simbólicas, o que pode resultar, em grau último, no esvaziamento crítico pela trivialização das estratégias da dominação social.

Toda verdade autoevidente, toda taxonomia, toda referência dentro do mundo, representa um conjunto cristalizado de significâncias e tacitamente aceita nomes [ancoragens, classificações, objetivações]; seu silêncio é precisamente o que garante sua importante função representativa: expressar primeiro a imagem e depois o conceito, como realidade (Moscovici, 2015b, p. 77).

Assim, coadunado ao que foi refletido na seção anterior sobre a função referencial das formas simbólicas, em que *falar de* ou *sobre* evoca uma dimensão estética expressa em *como falar* – que também é ética, por envolver a consciência ligada ao impacto desta “fala” nada ingênua –, estabelecer familiaridades nas operações de sentido implica em exercer algum tipo de poder, pressão ou força contra algo ou alguém – sentença que pode ser ampliada para: exercer *dominação* sobre algo ou alguém, levando-se em conta a natureza ideológica das representações excludentes. Vale lembrar que, para Thompson (2011), a situação da dominação por via das formas simbólicas é factível no universo dos contextos sociais; e as formas simbólicas manifestam caráter ideológico quando o sentido mediado “*serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*” (Thompson, 2011, p. 76), que, por sua vez, acontecem:

[...] quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (Thompson, 2011, p. 80).

A visão crítica sobre as operações sociais de sentido – em que os sujeitos são ativos nas construções simbólicas e, ao mesmo tempo, passivos quando absorvidos pelos condicionamentos oriundos do jogo da dominação orquestrada –, possui relevância na finalidade deste artigo, que se localiza no campo disciplinar da Ciência da Informação. Em vista disso, convém agora que o fenômeno informacional também seja tensionado, buscando aproximá-lo da problemática do poder aqui objetivada.

4 INFORMAR E SER INFORMADO: DINÂMICAS SOCIAIS DE SENTIDO

Nesta seção, optou-se pela abordagem de Capurro (2003, 2014) e de Capurro e Hjørland (2007) para refletir sobre o fenômeno informacional de maneira concatenada às relações estruturais da cultura, bem como às dinâmicas representacionais do poder, direcionando o discurso para o que estes autores intitulam como *conceito antropológico de informação*. Esse conceito está ancorado na atual fase paradigmática do campo, em que a informação se constitui por processos hermenêuticos atrelados a situações pragmáticas (Capurro, 2003). Sendo assim, como assinalam Martins (2015) e Perdigão (2021), o fenômeno informacional se assemelha à ideia de *forma simbólica* de Thompson (2011), ao revelar uma dimensão representacional aberta às múltiplas apreensões advindas do jogo da interação social, que molda a interface material da informação, podendo incidir ainda nas maneiras como os sujeitos interagem com a informação – por exemplo, em como a interpretam ou com qual finalidade se utilizam dela.

Articulada com contextos, a informação se apresenta incumbida das dinâmicas que mantêm “fluido o mundo das convenções e fixações [...], como também nos permitem gerar a capacidade de perguntar pelo que não sabemos a partir do que cremos que sabemos” (Capurro, 2003, p. 5). Com isso, o fenômeno informacional tanto promove a transitoriedade das relações de poder, como pode estar a serviço da perpetuação de perspectivas culturais e de estratégias dominantes, o que caracteriza a informação de viés antropológico – ou a *informação como forma simbólica* – como complexa e instável, firmada no fluxo das relações. Não por acaso, Capurro (2014) equivale a informação à categoria das *mensagens trocadas entre sujeitos sociais*, justamente por apresentar natureza significativa e intersubjetiva. Portanto, ao estar inserida na trama do social, a informação participa dos meandros pelos quais os sujeitos constroem, compartilham e negociam compreensões de si e de seu entorno, mediando sentidos que, socialmente, tanto têm poder para objetivar, como são passíveis de sofrer objetivações.

Essa dialética se justifica porque a informação acontece envolvida com as operações sociais de sentido, constituindo-se como meio e fim pelos quais estas circulam e estão a gerar efeitos. Historicamente, o fenômeno informacional tem sido vinculado a duas instâncias representacionais, a saber: uma de ordem tangível ou objetiva e outra intangível ou simbólica, que revezam forças de acordo com os movimentos paradigmáticos do conhecimento institucionalizado. Nos termos de Capurro (2014), tais

instâncias se referem, respectivamente, aos conceitos gregos *eidos* (ideia) e *morphé* (forma), ambos situados nas práticas interagentes, com suas operações de sentido. Além disso, segundo Capurro e Hjørland (2007, p. 155), proveniente do latim *informatio*, o termo *informação* significa simultaneamente “ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento”, estando o sufixo “*in*” a fortalecer este “ato de dar forma a alguma coisa” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 156). Assim, a informação compreende uma ação interativa e interferente direcionada a algo ou alguém, ou contra algo ou alguém, a depender da intencionalidade e do contexto da relação, o que submete o fenômeno às irregularidades presentes nos contextos sociais, bem como à problemática do poder.

Nas operações informacionais, vale ressaltar que existe espaço para a diversidade e, com ela, para os contragolpes significantes que reordenam a ação e seus efeitos – uma relação comum à dinâmica das formas simbólicas. Pois, conforme Thompson (2011), existem apreensões provenientes da recepção que interferem nas estratégias de sentido. No tocante à ideologia, Thompson (2011, p. 91) cita as “*formas simbólicas contestatórias*”, que são as formas insipientes de crítica mobilizadas pelo dominado contra o regime ao qual está inserido. No caso da teoria de Moscovici (2015b), para além das elaborações discriminatórias consideradas na seção anterior, as representações sociais visam o *estar em comunidade*, a alteridade e os gestos de solidariedade, tornando possível transgredir a lógica excludente quando o dominado consegue ancorar e objetivar sentidos a partir de sua perspectiva de mundo, de seu contexto de vida e atuação. Com isso, a despeito das diferenças contextuais e dos laços de dominação, é possível haver lugar para a reelaboração simbólica e informacional, que prioriza o pondo de vista do dominado, abrindo brechas significantes no tecido social e ideológico para a constituição de espaços democráticos, socialmente libertários.

Retomando Capurro (2014), o fenômeno informacional é afetado não apenas pelas atribuições do sujeito emissor, mas também pelas elaborações hermenêuticas de quem recebe a mensagem, promovendo a dinamicidade com a qual as ações de *informar* e de *ser informado* acontecem. Esta informação se dá como comunicação, e as identidades assumidas pelos sujeitos emissores e receptores variam conforme o jogo da interação, flexibilizando papéis e alargando o campo fértil dos sentidos. Por isso é que esse tipo de informação pode ser interpretado como “uma categoria antropológica que diz respeito ao fenômeno de mensagens humanas” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 161), cujos sentidos são elaborados e reelaborados mediante o curso da interação e dos

contextos que essa interação abrange. Portanto, o fenômeno informacional está à mercê das pressões e impressões que o meio social lhe causa; tanto pode cooperar com a manutenção de determinado *status quo* social, como permite o devir interpretante da recepção em sua simbólica libertária. Essa proposta será discutida na próxima seção, dedicada à leitura – uma ação capaz de promover a dinamização dos sentidos pelo protagonismo do sujeito leitor.

5 LEITURA: AÇÃO DINAMIZANTE NAS OPERAÇÕES DE SENTIDO

Atribui-se aos teóricos da Universidade de Constança, notadamente a Hans Jauss e a Wolfgang Iser, a mudança paradigmática acontecida no campo dos estudos literários que, na década de 1960, deslocou a importância tradicionalmente dada à escrita e à figura do autor para a ação leitora e para o sujeito leitor. Interessado na recepção dos textos literários, Jauss (1979) foi o responsável por sistematizar um método hermenêutico centrado na experiência leitora – a *estética da recepção* –, de maneira que a obra deixaria de ser considerada como uma estrutura de sentido único, para ser interpretada como algo aberto à exploração interpretante do leitor. Quanto a Iser (1979), a sua contribuição se dá pela criação de um modelo explicativo para a interação texto-leitor, baseado na psicologia comportamental, em que a estrutura do texto literário, por possuir lacunas semânticas propositalmente deixadas pelo autor, oferece oportunidades para que o leitor projete sentidos. Na perspectiva destes estudos, a obra adquire significado pela ação interferente do leitor, que interage com a estrutura textual e colabora na construção dos efeitos.

Apesar destas teorias serem emblemáticas na condução dos estudos focados na experiência leitora, Lima (1979) tece críticas sobre o enfoque que dão ao perfil idealizado de leitura e de leitor. De acordo com este autor, tanto Jauss (1979) como Iser (1979) valorizam o tipo de leitura e de leitor metódicos, eruditos, fazendo com que a pretensa ruptura na hegemonia textual não atinja resultado prático, já que a ação leitora continuaria circunscrita à autoridade intelectual representada na produção literária. Dito isso, em vista da proposta anunciada de refletir a leitura como ação dinamizadora de sentidos e promotora do social, é mister considerar uma abordagem que favoreça esse fenômeno de modo contextualmente gregário e, portanto, não excludente: como uma prática cultural ancorada na realidade cotidiana de pessoas comuns.

Nesse desafio, tem-se como pertinente a perspectiva de Freire (1983), que trabalhou a leitura no campo da Educação como uma ação inserida nas relações cotidianas de seus educandos. Para este autor, assim como a educação, a leitura é uma ação sociopolítica engajada nos contextos de vida e de atuação dos sujeitos, em que se reconhecem as discrepâncias de poder e se posiciona a favor do protagonismo social. Conforme Freire (1983, p. 22), o ato de ler acontece precedido pela experiência cultural de mundo e não à margem dela, mediando “uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’ [o mundo], quer dizer, de transformá-lo [social e politicamente] através de nossa prática consciente”. É por reconhecer que “as palavras do Povo [são] grávidas de mundo” (Freire, 1983, p. 23), ou seja, são formas simbólicas ancoradas e objetivadas em modos de vida comuns, que Freire (1983) contribui com a formação crítica de seus educandos, cuja base está na leitura enquanto ação contra-hegemônica.

Outro autor a colaborar com a abordagem crítica envolvendo o fenômeno da leitura é Chartier (1991, 1996, 1999, 2001, 2003), especialmente ao refletir sobre a experiência social da apropriação. Segundo Chartier (1991), a leitura não é uma ação passiva nem abstrata, pois envolve a produção de sentidos. Essa produção advém do jogo da negociação simbólica protagonizada pelo leitor enquanto sujeito social que, ao ter contato com a materialidade do texto no momento da leitura, constrói representações a partir dessa experiência significativa. Conforme Chartier (1991), a materialidade do texto diz respeito aos simbolismos codificados editorialmente que, assim como o sujeito leitor, também possui natureza sócio-histórica, cultural. Além de estar inserida nos contextos editoriais – e não apenas nos da escrita, como defendiam os teóricos de Constança –, a materialidade do texto medeia a intenção de conduzir o leitor a uma *leitura implícita* (Chartier, 1996), isto é, a um modo predefinido de acessar e de compreender o texto, o que reforçaria a relação dominante representada pela autoridade tradicionalmente atribuída ao texto, subjugando, então, o leitor e sua leitura.

Enquanto ser social, participante de uma comunidade cultural que lhe fornece “normas, regras, convenções e códigos de leitura próprios” (Chartier, 2001, p. 32), o leitor – não somente o de tipo erudito, mas também o sujeito comum, cotidiano – consegue desafiar os direcionamentos materializados pelas decisões editoriais, apreendendo sentidos não previstos nem prescritos por elas. Ao agir assim, o leitor impõe a sua autoridade sobre o poder empreendido no texto, fazendo com que a leitura não seja “somente uma operação abstrata de intelecção”, mas uma forma de “por [sic]

em jogo o corpo, [...] inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro” (Chartier, 1991, p. 181). Em outras palavras, a leitura se torna uma singularidade atravessada pela dimensão social do sujeito leitor (Chartier, 1999), conduzida por seus contextos, motivações e maneiras de estabelecer significados ao que lê (Dumont, 2020).

É neste ato criativo e transgressor onde reside a noção de apropriação atrelada à prática leitora significativa. De acordo com Chartier (2003, p. 152), apropriar-se é “utilizar os objetos ou as normas que circulam em toda a sociedade” (Chartier, 2003, p. 152) de modo a corromper “pensamentos universalistas” (Chartier, 2003, p. 153), desarticulando “mecanismos da dominação simbólica” por via dos múltiplos “empregos, usos, maneiras de fazer seu o que é imposto” (Chartier, 2003, p. 153). Nesses termos, a apropriação não é uma ação particular ou individual, mas social; mobiliza e é mobilizada pelo sujeito e seu entorno, pois o leitor reelabora o discurso codificado pelo autor, bem como a intencionalidade materializada pelo editor, podendo gerar sentidos não autorizados nem premeditados. Por isso, afirma Chartier (2001, p. 116): “apropriação é, na ordem do discurso, a vontade por parte de uma comunidade, qualquer que seja a sua natureza, de estabelecer um monopólio sobre a formação e circulação de discursos”.

Ao fazer “algo com o que se recebe” (Chartier, 2001, p. 116), o leitor age ancorado em seu modo de vida, objetivando sentidos que poderão corromper condicionamentos e prescrições mediadas pelo texto e, com isso, interferir na relação tencionada editorialmente, em seus laços simbólicos de poder que, em alguns casos, comportam-se como dominantes ou excludentes. Pela Teoria das Representações Sociais, em diálogo com Chartier (1991, 2001, 2003), pode-se, então, inferir que a apropriação pela leitura atua como uma forma dos sujeitos estabelecerem *familiaridades* ao texto, produzido relações significantes – sentidos, formas simbólicas – articuladas segundo as estruturas sociais internalizadas por eles, isto é, por seus condicionamentos culturais. Nessa perspectiva, se o texto medeia informação – ou se medeia a intenção ou necessidade de informar alguém –, para que esta informação se efetive e seja apropriada como tal, ela deve convergir com os contextos socioculturais do sujeito que, conforme Moscovici (2015b), interage com os mecanismos pelos quais as representações são germinadas.

Diante disso, vale lembrar o que afirma Capurro (2014) acerca da *relação postal* manifesta pela informação, cujos efeitos são reelaborados à semelhança de mensagens trocadas entre sujeitos sociais que se comunicam. Assim, o comportamento instável e coletivamente aguerrido da informação mediada encontra diálogo com os pressupostos

representacionais da leitura, notadamente na esfera da apropriação, tal como pensada por Chartier (1991, 2001, 2003). No âmbito deste estudo, Certeau (2014) também oferece subsídio ao conceber a leitura como uma tática pela qual os sujeitos burlam a lógica da assimilação informacional premeditada e codificada na escrita, aventurando-se em apreensões improváveis de sentido por via da leitura entendida como prática subversiva. Essa leitura se comporta como uma ação transitória e oportunista, que integra o conjunto de práticas que pessoas comuns, em tese dominadas, fazem uso para transgredir ordenações disciplinares a elas impostas.

Pelas palavras deste autor: “a atividade leitora apresenta [...] todos os traços de uma produção silenciosa”, em que o leitor “insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação no texto do outro”, culminando em um “mundo diferente (o do leitor) [que] se introduz no lugar do [domínio do] autor” (Certeau, 2014, p. 47-48). E como acrescenta mais à frente, em sua obra: “ler é peregrinar por um sistema imposto” (Certeau, 2014, p. 240), um sistema que “não tem evidentemente como base a produtividade do leitor, mas a *instituição social* que sobredetermina a sua relação com o texto” (Certeau, 2014, p. 243). Nesse ambiente socialmente hostil e dominante, tal como descrito por Certeau (2014), a leitura, enquanto prática subversiva à dominação, atua como uma das maneiras pelas quais os sujeitos dão corpo ao seu protagonismo, como um “lugar onde se entra e de onde se sai à vontade [...], numa existência submetida à transparência tecnocrática e àquela luz implacável que [...] materializa o inferno da alienação social” (Certeau, 2014, p. 245).

As apropriações do leitor – ou sua “corrupção” advinda do ato de transgredir a lógica e a autoridade socialmente representadas no e pelo texto –, comportam-se ainda como uma forma simbólica ideologicamente contestatória (Thompson, 2011). Não à toa, a leitura é caracterizada por Certeau (2014) como um exemplar das práticas cotidianas: produz efeitos, porém de maneira vigiada, limitada. Ao analisar a dimensão ideológica transmitida pelos meios de comunicação de massa, por exemplo, Thompson (2011) parte de uma proposta tríplice que considera não apenas os contextos da produção e a estruturação simbólica das mensagens produzidas, mas também os contextos da recepção, isto é, o ambiente social onde acontece a apropriação, que potencialmente oferece meios para minar ou destruir relações de dominação, dadas as especificidades dos contextos sócio-históricos em que os sujeitos, leitores ou receptores, estão inseridos. Mais uma vez, tem-se a possibilidade da leitura, enquanto ação produtora de sentidos,

atuar não somente como escape às dominações sociais configuradas, mas como um contraponto delas, em que informações são apropriadas, realidades são postas para interagir, e sujeitos desenvolvem protagonismo para redefinirem o cotidiano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme refletido neste artigo, percebe-se que as tramas sociais pelas quais os sentidos são produzidos e mediados envolvem não necessariamente cooperações, mas interesses que são disputados de forma estratégica e, ao mesmo tempo, desigual. Isso por considerar que a realidade humana e suas operações significantes acontecem em ambientes onde o poder circula de modo irregular, envolvendo estruturas socialmente privilegiadas e aquelas que não gozam dos mesmos privilégios. O desnivelamento nas práticas de poder é a base da simbólica que intenta representar e informar de maneira a manter situações dominantes e que, quando sistematizadas, essas relações subjagam sujeitos, convertendo-os em objetivações que interferem na identidade deles, em seus saberes, histórias e culturas, o que pode culminar no silenciamento dessas pessoas.

Mesmo em contextos aparentemente não tão extremos, pode-se dizer que as relações de poder estão representadas por nuances referentes ao cotidiano assimétrico das produções de sentido. Seja por via de um veículo de comunicação que massifica notícias distorcidas, seja por ambientes que classificam certas leituras e leitores como inferiores, seja ainda por meio da contação de anedotas que difamam alguém, tem-se em cena alguma relação de força em operação e, com ela, disparidades sendo reforçadas, por mais banal que a relação pareça ser. Logo, vê-se como fundamental a abordagem crítica quanto às produções de sentido, reconhecendo que estas surgem da interação de sujeitos socialmente localizados e, portanto, inseridos em dinâmicas de poder.

Criticidade exercida com ética, mobilizadora de ações que se posicionem contra sistemas que, de maneira explícita, promovem dominação social, tal como acontece com grandes corporações que, detentoras dos meios técnicos e capitais, optam por agravar situações de desigualdade e exploração. Criticidade, enfim, que promova criatividade e liberdade, estas não entendidas como falácias advindas do discurso radical, neoliberal, tão em voga hoje, que manipula seus sentidos para desvirtuar propósitos e exercer controle. Ao contrário, a criatividade e a liberdade devem acontecer a serviço da transformação social, em favor da dignidade humana e do bem-estar coletivo. É nestes

termos que os estudos realizados no campo da Ciência da Informação podem se engajar junto ao desenvolvimento sustentável, promovendo conhecimentos e aproximando universos sociais díspares, pondo-os para dialogar.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação, 2003. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 1-14. Disponível em: <https://bit.ly/3pTn31J>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 110-136, ago./fev. 2014. DOI: <https://doi.org/10.21728/logcion.2014v1n1.p.110-136>.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, R. Do livro à leitura. *In*: CHARTIER, R. (org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 77-105.

CHARTIER, R. **Formas e sentido cultura escrita**: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2003.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3AB6fBx>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DUMONT, L. M. M. Construtos próprios sobre leitura na Ciência da Informação. *In*: DUMONT, L. M. M. (org.). **Leitor e leitura na Ciência da Informação**: diálogos, fundamentos, perspectivas. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2020. p. 21-52.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ISER, W. A interação do texto com o leitor. *In*: LIMA, L. C. (org.). **A literatura e o leitor**: textos da estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83-132.

JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. *In*: LIMA, L. C. (org.). **A literatura e o leitor**: textos da estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43-61.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. *In*: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 55-67.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 53-72.

LIMA, L. C. Introdução: o leitor demanda (d)a literatura. *In*: LIMA, L. C. (org.). **A literatura e o leitor**: textos da estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 9-39.

MARTINS, A. A. L. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da Marcha das Vadias. 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MOSCOVICI, S. Prefácio. *In*: JODELET, D. **Loucura e representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015a. p. 11-31.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes: 2015b.

PERDIGÃO, J. A. **Informação simbólica, representações sociais e identidade**: confronto de sentidos nas narrativas que (in)formam as mulheres de Noiva de Cordeiro. 2021. 237 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.